

# Diminuem as TCRs o Impacto da Atual Crise Econômica? Sim, mas ...

por Fábio Veras Soares, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

**A recente crise financeira e econômica** provocou um debate sobre se os programas de transferência condicional de renda (TCR) tornam as famílias mais vulneráveis à crise. Este elo entre a crise e a TCR foi feito porque países como o Brasil, que têm grandes programas de TCR, estiveram resistindo melhor aos impactos do que a maioria dos outros.

As TCR podem ajudar as famílias a manter seus níveis de consumo de alimentos. Isso por sua vez reduz o impacto negativo sobre a ingestão nutricional das crianças, mas também as mantém na escola e longe do trabalho. A crer nos efeitos colaterais documentados na literatura, o fluxo de renda em comunidades também pode ajudar a aliviar a queda na atividade econômica global. As TCRs que podem se expandir durante uma crise ajudam a atenuar os efeitos da crise. Elas funcionam como estabilizadores automáticos em nível local, semelhante à forma como os auxílios-desemprego no mundo desenvolvido. Elas podem tanto evitar o impacto de curto prazo da crise e atenuar seus efeitos negativos em longo prazo sobre os resultados do desenvolvimento humano.

No entanto, uma coisa é dizer que os países com programas como TCR, estão abrigando os mais vulneráveis das piores conseqüências da crise, e outro é recomendar que os programas de TCR possam ser concebidos e implementados durante uma crise. Não é fácil desenhar e implementar TCRs. Vários passos estão envolvidos, a vontade política é necessária, e as verbas devem ser comprometidas. No Brasil, o número de beneficiários do Bolsa Família tem aumentado, assim como o valor do benefício como uma medida anti-crise. No México, uma bolsa nova projetada para compensar o aumento dos preços dos alimentos foi incluída nos componentes de concessão do Oportunidades. Essas mudanças só foram possíveis porque os programas estão bem estabelecidos e têm estado a trabalhar sem problemas há algum tempo.

Pode ser ainda mais difícil de implementar os programas de TCR em países de baixa renda. Na maioria dos programas deste tipo na África, as condições têm sido muito menos rigorosas do que em alguns países latino-americanos, e a focalização de comunidades tem sido amplamente utilizada. Pode ser caro em termos de fundos e tempo de estabelecimento de objetivos e mecanismos de acompanhamento. Além disso, pode não ser viável proporcionar financiamento, durante um período de crise, quando as receitas do governo estão em queda. As autoridades devem ser cautelosas quanto a depender de fundos dos doadores para implementar esses programas, já que a sustentabilidade se torna um problema.

Mesmo admitindo que seja possível conceber e implementar bem rapidamente os programas de TCR, uma estratégia bem elaborada tem que ser pensada com o compromisso tanto dos países doadores com recipiendários. Isto é especialmente válido no que diz respeito à questão de como ativar e desativar a ajuda externa, de modo que os programas não percam o apoio político e enfrentem o risco de serem suspensos.

Políticas e programas só podem ser eficazes se forem executados no âmbito de uma estratégia de proteção social sustentável. Essa estratégia deve permitir uma melhor coordenação entre programas, entre os níveis central e local, e entre os diferentes atores internacionais intervenientes, a fim de evitar a duplicação de esforços e desperdício de recursos.

Nos casos relativamente bem sucedidos, como o do Chile Solidario e do Bolsa Família, a integração política tem sido facilitada pela presença de registros de potenciais beneficiários de programas de TCR e outros programas sociais. Esses bancos de dados permitem que as autoridades construam uma matriz de indicadores sobre as condições socioeconômicas das famílias. Isto os torna poderosos instrumentos de mapeamento das diferentes necessidades das várias comunidades, e eles poderiam ser usados para guiar as outras políticas. Eles podem ser úteis não somente aos ministros setoriais, cujo trabalho está intimamente relacionado com as condicionalidades ou programas complementares, mas também para os fornecedores de serviços públicos básicos como água e eletricidade. Os registros melhoram o controle de acesso das famílias mais pobres a serviços sociais e infraestrutura de uma forma mais calibrada do que as pesquisas domiciliares. Estas últimas, apesar de serem nacionalmente representativas, muitas vezes são baseadas em amostras pequenas que não facilitam a análise segura para intervenções em nível local. Esta base de conhecimento permite uma rápida resposta a crises, quando os programas podem precisar de se expandir a fim de cobrir uma maior proporção dos que caem na pobreza.

Alguns TCRs têm demonstrado ser fortes o suficiente para evitar tornarem-se elementos isolados de uma rede de segurança mínima e se transformaram em políticas sociais mais inclusivas (Bastagli, no prelo). Eles chegaram àquele estágio por meio de tentativa e erro que está finalmente a dar frutos, mas ainda restam muitos desafios pela frente.

Em suma, as TCR não são panacéias para reforçar a (emergência) capacidade de recuperação das famílias e dos estados. Mas elas têm características que podem ser usadas para diminuir o impacto de uma crise, enquanto estiverem integradas numa estratégia mais ampla de proteção social, cujo objetivo não seja apenas o de funcionar como uma rede de segurança mínima e temporária.

*Referência:*

Bastagli, Francesca (2009) 'From Social Safety Net to Social Policy? The Role of Conditional Cash Transfers in Welfare State Development in Latin America' (no prelo). *IPC-IG Working Paper*. Brasília, International Policy Centre for Inclusive Growth.